

OS PRINCÍPIOS UNITÁRIOS NA ESCOLA TÉCNICA DO MST¹

Antonio Julio de Menezes Neto

Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Resumo

O artigo apresenta a prática de um curso profissional de ensino médio, mantido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Rio Grande do Sul, Brasil, identificando nesta escola os princípios da escola unitária. Também apresenta os resultados de pesquisa de campo realizada junto aos alunos da escola.

Palavras-chave: Educação e Movimento Social; Escola Unitária; Ensino Técnico

Abstract

This paper discusses the practice of a professional high school-level course kept by the Landless Movement in southern Brazil (Rio Grande do Sul). It identifies the principles of a Unitarian school. Moreover, it presents the results of a field research carried out with the students of this school.

Key words: education and social movements; unitarian school; Professional education.

Introdução

Este trabalho apresenta o curso Técnico em Administração Cooperativista – TAC – mantido pelo MST no Rio Grande do Sul, em razão da sua especificidade pedagógica e da sua vinculação direta com o processo produtivo das cooperativas ligadas ao MST.

O TAC é um dos cursos da escola “Josué de Castro”, localizada no município serrano de Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Abriga-se numa parte do “Seminário São José”, da congregação dos Freis Capuchinhos, alugado pela CONCRAB. A relação entre o MST e a Congregação é amistosa.

Os cursos possuem estatuto legal como um curso supletivo de Ensino Médio, tendo o MST, através do ITERRA e da CONCRAB,² como o responsável econômico, político e pedagógico. A escola “Josué de Castro” promove os seguintes cursos médios: “Técnico em Administração de Cooperativas (TAC)” e “Magistério”³ Promove também cursos supletivos para o ensino fundamental, pesquisa na área da reforma agrária e educação popular, cursos de panificação, laticínios e embutidos, arquivo sobre a reforma agrária, intercâmbio de experiências e seminários, palestras e debates.⁴

Princípios e Práticas Unitárias do TAC

O Curso Técnico em Administração Cooperativista – TAC – visa “implantar e consolidar empresas associativas rurais, tendo como objetivo desenvolver a consciência organizativa e a mentalidade empresarial e ética; capacitar os alunos na gestão empresarial cooperativa; aprofundar conhecimentos sobre a proposta do sistema cooperativista autogestionário dos assentados; desenvolver habilidades pedagógicas para a cooperação; e ampliar o horizonte dos alunos para o entendimento da realidade”. O curso tem três grandes eixos interligados: a organização da cooperativa; a qualificação técnica; e a educação geral humanística (Caldart, 1996).

O TAC surgiu em 1993, tendo como base o Laboratório de Curso (OFOC) dirigido pelo Professor Clodomir Santos de Moraes⁵ no município de Braga, também no Rio Grande do Sul, tendo sido transferida para Veranópolis, em 1995, onde ficou em fase de transição até 1997. No dia 24 de outubro de 1997, ocorreu a implantação definitiva. Recebe alunos de todo o Brasil, sendo que a maioria é proveniente do Sul do Brasil e indicados pelo MST. Cerioli (1997) define o que leva o aluno a realizar o curso:

“...ter conhecimento da dificuldade em que se encontra os nossos assentamentos no planejamento da produção e na comercialização, a dificuldade que o grupo encontra na questão administrativa ou por sentir que os nossos coletivos precisam de administradores, para contribuir com o MST, mais específico no SCA, a vontade de continuar contribuindo para a transformação da sociedade, para se capacitar em área que já tinha estudado mas não aprendeu, para concluir o segundo grau ou porque queria continuar os estudos. Há casos em que o que

determinou a vinda do aluno foi que no grupo só existe um companheiro com o primeiro grau completo: ele”(p. 14).

Os alunos, no período em que freqüentam o TAC, devem “militar” no MST, não deixando de participar das mobilizações realizadas pelo Movimento. Conforme informações da direção da escola, esta participação é parte do processo pedagógico.

Os professores não são fixos, pois são contratados por etapa do curso, sendo que alguns recebem por hora/aula, principalmente nas disciplinas das ciências físicas, químicas e biológicas. Devido a dificuldade de contratação voluntária nestas áreas, a escola, às vezes, admite professores sem maiores identidades políticas.

Mas, na maioria dos casos, os professores se oferecem para lecionar, por simpatia política pela luta dos sem-terra⁶. A habilitação é indispensável, e muitos professores residem em outros estados do Brasil Quando o contrato é acertado, a direção da escola orienta o professor a respeito da proposta da escola, a metodologia de ensino e da avaliação.. Cabe ao setor pedagógico da escola tentar garantir ao máximo esta difícil integração.

A “Auto-organização dos Alunos” foi concebida seguindo a metodologia do “Laboratório de Curso”. Aplicada à primeira turma do TAC, de 1993, os alunos foram desafiados pelo Animador Pedagógico⁷ a montarem uma empresa real, que deveria, inclusive, manter financeiramente uma parte do curso. Nesta ocasião, os alunos receberam um patrimônio real para gerir, implicando o movimento pedagógico de prática e teoria dentro da escola. A seguir, os alunos contatavam a EAP (Empresa de Assessoria Pedagógica), uma empresa ligada à escola que realizava consultoria independente. Esta consultoria buscava, inclusive, responsabilizar os alunos pelo andamento do empreendimento. Os estudantes deveriam passar de um estágio inicial de anomia e descontrole para um estágio de planejamento e organização final. Este processo mostrou-se, afinal, complexo e complicado, resultando na evasão de diversos alunos. Por este motivo, a forma de gestão sofreu modificações, e hoje toda a escola é “a empresa”. Conforme a direção da escola, este processo encontra-se no seguinte estágio:

“ Nós tínhamos a EAP (Empresa de Assessoria Pedagógica), que era um equipe interna, composta por alguns alunos da turma e mais algumas pessoas que eram de fora da turma, uma assessoria que vinha dos estados e ficava aqui durante o tempo escola. A Empresa de Assessoria Pedagógica deixou de existir na metade do ano passado, em função de problemas. Nós tínhamos várias empresas na casa, porque os alunos formavam uma empresa, a escola outra e a empresa de assessoria pedagógica outra. E a relação entre elas era empresarial, tudo formalizado. A partir do ano passado, nós modificamos isso, e os alunos também não formam mais uma empresa à parte, mas sim nos ajudam no processo de gestão da escola. É uma co-gestão. Deixou de existir a EAP.. Hoje, cabe ao Setor de Formação fazer essa atividade..”⁸

Buscando aplicar a “**Autogestão escolar**”, a escola reparte para as turmas que estão iniciando as suas atividades, os conteúdos teóricos, para que estes debatam a organização do trabalho escolar. Os alunos são desafiados a montar um jornal ou boletim informativo para circular na escola. Como a proposta da escola é que esta seja autogerida pelos alunos, estes devem elaborar um plano de trabalho englobando a proposta metodológica, as oficinas, a produção e a comercialização. Essas propostas serão apresentadas, debatidas e aprovadas em assembléia. O sistema de autogestão estende-se também na administração e manutenção. Conforme relato colhido em pesquisa de campo:

“E é um exercício para a pessoa aprender a fazer uma proposta. Nós temos ao final do mês a assembléia, mas durante o mês nós temos várias reuniões de avaliação e de estudo. Temos informações dos setores. Por exemplo, o setor de finanças encaminha o informe, a cada semana, de como foi a finança e a produção naquela semana, quais as dificuldades que tivemos. Se tivemos problemas de máquina quebrada, a gente sempre informa isso através do nosso boletim. O núcleo pode encaminhar mudanças ou propostas para a coordenação da escola. Porque na coordenação participam dois alunos de cada turma, mais as pessoas que eu citei das quatro áreas e representantes dos trabalhadores, dois, que tomam as decisões que, durante o mês precisam ser encaminhadas. Isso tudo é eleito na assembléia: os dois representantes das turmas mais os dois dos trabalhadores são eleitos em assembléia.”⁹

A duração do TAC é de dois anos e meio, divididos em seis etapas de cinco meses, denominadas **TC (Tempo Comunidade)** e **TE (Tempo Escola)**, demandando viagens em cada etapa do TC e estágio em um assentamento, para que o aluno não deixe de vivenciar a prática do trabalho. Em cada uma destas etapas existe um novo enfoque, um novo estágio. Na primeira viagem a campo, no primeiro **TC**, conforme relato da direção da escola¹⁰, os alunos realizam um diagnóstico da realidade do assentamento, pesquisando as condições sociais e econômicas dos moradores. Esta etapa apresenta-se de fundamental importância para que os alunos aprendam a fazer a leitura da realidade local.

Nas etapas subseqüentes, os alunos cumprem estágios nas cooperativas, estudando a produção e a comercialização. Devem, também neste período, realizar estudos teóricos e tarefas escolares complementares ligadas a comercialização. Em cada **TC**, estão previstos trabalhos ligados às disciplinas da escola. Além da avaliação a que estão sujeitos no TAC, neste período de **TC** a direção do MST do estado em que o aluno está estagiando dá um parecer e uma nota pelo trabalho realizado pelo aluno, assim como os cooperados, que avaliam se o aluno contribuiu, se fez proposta, mostrou disposição para aprender e para ensinar. Neste sentido, os alunos tomam contato com o trabalho real, onde ele está sendo realizado, com todas as suas contradições e possibilidades.

No **TE**, o aluno fica dois meses e meio envolvido com aulas, oficinas, atividades culturais e estudo, participando da empresa que gerem. Esta etapa é dividida em diversos tempos: Tempo Aula (5 horas-aula por dia); Tempo Trabalho; Tempo Oficina; Tempo

Educação Física; Tempo Reflexão Escrita; Tempo Estudo; Tempo Verificação de Leitura; Tempo Cultura; Tempo Formatura; e Tempo Lazer.

Neste período, participam de aulas **teóricas**, normalmente no período da manhã, e no período da tarde dedicam-se às atividades de **produção e gestão**. No período da noite, discutem, em reuniões e assembléias, as diversas atividades culturais e produtivas. Observa-se que este método pedagógico procura vincular-se à produção, à administração e a gestão da escola pelos alunos.

Na grade curricular do curso, observa-se a preocupação em ofertar a formação profissional unida à formação geral humanística e administrativa. O currículo é composto por um “Núcleo Comum”, contemplando as disciplinas que todos os alunos devem cursar, e um “Núcleo Diversificado”, ligado especificamente à formação profissional. No Núcleo Diversificado, ao lado de disciplinas formativas específicas, como Administração e Controle, Economia e Mercado, Contabilidade e Custos, Técnicas Agropecuárias, Agroindústria, Estatística, Doutrina do Cooperativismo, Educação Cooperativista, Direito e Legislação, encontram-se disciplinas ligadas a uma discussão humanística, como Sociologia, Economia Política, Psicologia, Filosofia e Metodologia do Trabalho Científico.

O simples oferecimento de disciplinas diversas não rompe a dualidade entre escola geral e escola profissional, entre ciências humanas e ciências técnicas, entre trabalho manual e trabalho intelectual, pois estas divisões estão no âmbito das relações sociais de produção, da divisão social do trabalho capitalista, do conflito entre classes sociais. Na Josué de Castro, e no TAC especificamente, as diversas disciplinas são contempladas com um conteúdo socialmente crítico, ligado às lutas e às necessidades materiais dos trabalhadores cooperados do MST. Daí que, mesmo não rompendo a realidade dicotômica social, contribui para o avanço das lutas dos trabalhadores.

Ao final do curso, o aluno, individualmente, apresenta, perante banca, um trabalho monográfico. Este trabalho é precedido da escolha da área de estudo, da pesquisa bibliográfica e da elaboração de um projeto de pesquisa.

No desenvolvimento prático das atividades, os alunos são divididos em quatro “Setores”, ou “Áreas”, ligados às atividades produtivas, pedagógicas, de formação e de manutenção da escola. Para tanto, a escola mantém os espaços devidos, dentro de suas condições e limitações. O setor produtivo, ou econômico, é composto dos subsetores de laticínio, padaria, agroindústria de doces e conservas, horta e roça. Os alunos são responsáveis, tendo de produzir parte para a própria alimentação e parte para o mercado. Administram o excedente comercializando, controlando as finanças, a produção e planejando. Aprendem desde a preencher e assinar um cheque até a fazer planilhas de custos e vendas. Devem planejar, vender e ser responsáveis pelas finanças. Mantêm uma loja na própria escola, onde vendem produtos agroindustrializados por eles mesmos, como geléias, doces, conservas diversas e mel, não deixando de buscar espaço no comércio local. Às vezes, vendem os produtos de casa em casa.

Os alunos são responsáveis pela manutenção da escola, construindo um setor para esta finalidade. Realizam trabalhos múltiplos, como secretaria, faxina, trabalhos de pedreiros e

jardineiros. Estes trabalhos também são realizados junto aos moradores de Veranópolis, e parte dos recursos são disponibilizados para a manutenção da escola.

No Setor Pedagógico, os alunos são responsáveis pela biblioteca, sala de estudos, sala de leituras e sala de atividades culturais. Uma das coordenadoras da escola afirma que:

“ A escola está organizada em quatro grandes áreas de serviços. Uma das áreas cuida mais da questão pedagógica. Têm uma área que cuida do lado econômico e da produção, porque aqui nas escolas nós temos agroindústria. Nós temos as indústrias de geléia, temos uma padaria, laticínios, uma pequena agroindústria de laticínios, especialmente na produção de queijos. Temos uma horta, tudo nosso. Enfim, todo esse processo de produção tem uma área econômica que gerencia isso, faz todo esse trabalho de controle financeiro, comercial. É uma forma da gente envolver os alunos no trabalho e que através do trabalho eles também participem. Além disso, nós temos uma outra área, “de formação”, que cuida da formação do aluno, especialmente da formação cultural, política e na formação de novas relações entre as pessoas. E a gente também faz o acompanhamento do aluno que tenha dificuldade de entendimento, que tenha dificuldade de trabalhar de forma organizada, tenha dificuldades de compreensão maior. Tem uma outra área, a área de moradia, que cuida do alojamento, da saúde dos alunos, das condições de habitar nessa casa, da alimentação, da limpeza, da higiene da casa e assim por diante. Na verdade, são áreas de trabalho em que nós nos dividimos e, temos aqui internamente, quatro coordenadores, cada um responsável por uma dessas áreas. Temos trabalhadores, funcionários que nos ajudam. Mas, o grosso do trabalho, é feito pelos alunos. Os alunos ajudam, na verdade, a tocar a escola”.¹¹

Essas atividades, se por um lado são revestidas por um certo utilitarismo, visando manter a escola, por outro lado atuam como um princípio pedagógico, pois alia o trabalho teórico ao prático e dá ao aluno a responsabilidade da gestão.

Em suma, qualificação técnica e administrativa e ensino humanístico e político são, objetivamente, imprescindíveis ao projeto educativo do MST.

A Formação Profissional na visão dos alunos¹²

Engajados nas lutas do MST e desejando contribuir para a reforma agrária, 99% dos alunos do TAC avaliam que a formação profissional deve conjugar a educação geral e a educação profissional. Para os alunos, o trabalho é um princípio pedagógico fundamental, mas não deve ser desvinculado do conhecimento científico e humanístico. Sobre esta questão, assim se posicionou a direção da escola:

“O principal objetivo da escola, em relação à proposta pedagógica, é vincular o estudo com a prática.. Por que isto? Porque a gente acredita que a educação sem prática não prepara e não capacita tanto quanto se você estivesse tendo as duas

coisas ao mesmo tempo, discutindo-as, estudando-as e aperfeiçoando-as. E, também, porque é uma necessidade do Movimento dos Sem Terra. Todos os cursos partem da necessidade do Movimento. Por exemplo, o curso Técnico de Administração em Cooperativas. Ele tem como objetivo a formação na área das cooperativas. A escola em si é organizada de uma forma cooperativa. Os alunos vivenciam um processo de organização de uma cooperativa, tanto que o lema da escola é “educando para a cooperação”. O que é isso? Nós vamos vivenciando os novos valores dentro do processo coletivo de organização, de divisão do trabalho, de divisão econômica dentro do coletivo, o que é o processo de educação dentro de uma gestão coletiva. Desde um aluno que tenha dificuldade em uma determinada disciplina, e que o outro colega pode ajudar. Durante todo o curso, os alunos devem passar por todos os setores de trabalho na escola, e isso interfere na produção. Mas isso tudo é muito pensado. Se todo mundo não consegue passar por todos os setores de trabalho, a gente vai fazendo oficinas de capacitação dentro daquelas determinadas áreas. Dentro do Curso Técnico de Administração das Cooperativas existe o Setor de Planejamento, o Setor de Finanças, o Setor de Agroindústria, a parte de comércio, tudo isso que as cooperativas vivenciam e que é o foco do curso deles. Se todos os alunos não passam por esses setores, a gente vê um jeito para todo mundo se capacitar dentro das oficinas de trabalho. Como é que você faz um pão, como você faz aquilo através das oficinas, como é que você faz um orçamento, como é que você faz um planejamento, como é que você faz um projeto, como é que você trabalha o marketing, a produção, as vendas. Dentro da sala de aula ou dentro das oficinas, a gente faz com que os alunos possam passar por todos esses níveis e possam entender o todo.”¹³

Para analisar a possibilidade real de uma educação geral, vinculada à formação profissional, torna-se necessário averiguar a existência de condições sociais objetivas, pois sabe-se ser impossível superar a dicotomia social da divisão social do trabalho apenas no contexto escolar. Mesmo partindo de uma sociedade capitalista, observa-se que a escola Josué de Castro busca articular o trabalho desenvolvido pelos alunos com o processo real de produção e gestão. Apesar da precariedade financeira, que impede que a escola seja melhor equipada, observa-se que nem o academicismo, nem a teoria pela teoria e nem o trabalho como adestramento, para servir à reprodução do capital e para o “ganha-pão do trabalhador”, estão na base do projeto educativo da escola. Ao contrário, os alunos e a direção estão conscientes de que o seu conhecimento serviria para o desenvolvimento das cooperativas de assentados e que a possibilidade de o projeto político do MST prosperar depende, em grande parte, da viabilidade destas cooperativas.

O mundo do trabalho está articulado à teoria, no TAC, pelo significado real que este mundo tem para os alunos. O trabalho é a sua condição de subsistência, mas é também a sua identidade social. A administração de cooperativas é um fato concreto para os alunos, e eles desejam conhecer cada processo de trabalho, com todas as suas contradições.

Um dos maiores problemas enfrentados pela proposta de uma escola unitária e crítica situa-se no âmbito da inserção desta escola em uma sociedade já marcada pela divisão de

classes e, conseqüentemente, pela divisão social do trabalho. Mas a escola pesquisada vive a contradição do mundo do trabalho, e os alunos estão ali, naquela escola, buscando subsídios para transformar a situação política, social e econômica vivida pelos trabalhadores. Uma das coordenadoras da escola Josué de Castro afirma:

“Os alunos precisam atuar e precisam saber coordenar, saber organizar um seminário, coordenar uma palestra, conversar, organizar um estudo e um debate. Também estudam como é se que faz uma rádio, porque nós temos a comunicação, como é que se faz um boletim, como é que se faz um mural, um cartaz. São coisas simples mas que aqui na escola é fundamental. Na minha área, eu tenho a preocupação dos alunos estarem agindo ao mesmo tempo em que eles estão se capacitando. É claro que acontecem vários erros, mas o trabalho para nós é compreendido como um elemento pedagógico fundamental para a capacitação dos alunos. No setor pedagógico, existe a necessidade de fazer o planejamento, desde o contato com os professores, da metodologia da aula, de como o professor poderia trabalhar nas oficinas de capacitação, observar quem tem mais dificuldade em algumas oficinas, como datilografia, computação; ensinar a preencher um cheque, ler um extrato bancário, como se preenche um recibo, como se lê uma prestação de contas, de como se lê um orçamento, enfim, para as pessoas conseguirem, na prática, ter domínio dessas questões que no dia-a-dia fazem parte da vida do aluno, do assentado, para que ele possa auxiliar também as cooperativas. O aluno também se sente escola, porque eles também estão num processo de construção, e para nós isso é importante. Por exemplo, nós temos um setor de comércio. O aluno vai aprender a comercializar os produtos, a trabalhar neste mercado tão competitivo. Como é que tu faz, por exemplo, com os produtos da nossa cooperativa? Como é que você entra no mercado? Porque é assim a teoria e a prática.”¹⁴

Praticamente todos os alunos do TAC (99%) defendem que um curso técnico deve formar profissionais capazes de atuar em diversas áreas, contra apenas 1%, que diz que deve formar um especialista. Também se constata pela pesquisa que 88% dos estudantes destacam que uma escola técnica de administração de cooperativas deve preparar os alunos para um trabalho solidário, 2% defendem que se deve preparar para competir no mercado e 10% responderam que a solidariedade e o mercado não são excludentes. Conforme o coordenador econômico:

“O curso dá ênfase para formar técnicos, pessoas qualificadas que possam encarar o mercado de frente. A escola transforma a prática do aluno, que, talvez, era um tanto quanto distorcida, e mostra a ele novos caminhos, como é que as coisas poderiam ser e, através disso, o aluno tem uma nova visão, abre horizontes. No curso TAC, os alunos tem quatro horas de aula, onde eles vêm essa teoria e quatro horas de trabalho onde eles implementam essa teoria. (...). Os alunos chegam e são desafiados a pensarem na questão do trabalho. Na luta de classes, enquanto a burguesia pensa, o resto a classe trabalhadora executa. Aqui,

não; ele pensa e ele executa. Isso é o trabalhador ser sujeito da sua própria história.”¹⁵

Pelas novas definições legais da reforma do ensino técnico (LDB 9394/96 e Decreto 2.208/97) os estudantes devem “aprender a ser, a fazer, a conhecer e a conviver”, além de desenvolver a “sensibilidade”. A reforma diz que visa à “a democracia, à igualdade e integração, e à busca da verdade”, sem debater as desiguais relações sociais de poder. Assim, de um modo vago e genérico, o modelo de “competências”, definido para o ensino médio, propõe integrar os alunos às necessidades do seu tempo, sem definir historicamente este tempo, pois hoje estas competências são delimitadas pelas exigências do mercado e da divisão de trabalho capitalista. Além do mais, esta discussão das “competências” joga a responsabilidade do emprego sobre o trabalhador individual, buscando quebrar a resistência organizada e coletiva daqueles que vivem do seu trabalho.

Mas no caso específico do projeto educativo colocado em prática pelo MST existe uma especificidade que talvez ressignifique ou coloque a discussão da competência em outro patamar. Não se pode desconhecer as transformações que ocorrem no mundo contemporâneo e que estas mudanças trazem a necessidade de um novo perfil para os trabalhadores. Estas exigências mais amplas das habilidades podem ser um *avanço quando pensados numa perspectiva de desconstrução das atuais relações de trabalho com vistas a superar as relações que as engendraram*. Ou seja, numa perspectiva crítica, com vistas a construir relações sólidas de solidariedade. E a escola do MST forma jovens para trabalharem em suas cooperativas, e não num genérico e excludente mercado capitalista. Desta forma, o “saber-ser” e as novas habilidades flexíveis estão servindo aos interesses dos trabalhadores.

Quanto ao tipo de saber que deve ser priorizado numa escola de ensino técnico, 25% dos alunos afirmam que deve priorizar o estudo das organizações sociais e políticas dos trabalhadores, 19% dizem que deve priorizar a gestão, 17% assinalam que a prioridade deve ser para estudos da organização social e política do país e do mundo, 12% centram suas respostas nos direitos sociais, 9% na formação de lideranças, 9% no conhecimento científico e tecnológico e 9% no estudo das formas de produção e culturas específicas do campo. Considerando que os alunos do TAC são provenientes da militância em algum setor do MST, as respostas apresentaram certo equilíbrio. Chama a atenção o fato de o conhecimento científico e tecnológico moderno ter sido citado por apenas 9% dos alunos pesquisados, o que pode ser analisado como uma excessiva ênfase nas questões políticas discutidas na escola em detrimento do aprofundamento de questões científicas.

Para 45% dos alunos, a contribuição maior que o TAC pode dar aos cooperados é na organização social e política das cooperativas, ao passo que 30% acreditam que a contribuição maior situa-se na mudança cultural que podem proporcionar, rompendo com o tradicionalismo do agricultor, 19% afirmam que poderão contribuir na gestão financeira e mercadológica e 6% na inovação tecnológica. Alguns alunos relataram que “*devemos ser autônomos e criar a nossa técnica sem depender da burguesia*”; “*nos nossos*

assentamentos devemos trabalhar em cooperativas, socializar nossos trabalhos e cooperar em todas as atividades”.

A importância da formação política dos alunos está bem delineada. E, devido a esta formação política, eles não fazem a diferenciação entre a gestão “técnica” das cooperativas e a administração política, pois acreditam que “a questão técnica é também política”. Pode-se analisar que, para os alunos, o sucesso da administração das cooperativas está diretamente ligado à organização social e política dos trabalhadores.

Ao retornar ao assentamento, 89% dos alunos pretendem desenvolver trabalhos relacionados à gestão cooperativa, contra 11% que pretendem trabalhar na agricultura

Estas respostas estão diretamente relacionadas ao fato de os alunos estarem fazendo um curso direcionado para o Movimento dos Sem Terra, que investe na qualificação destes alunos visando melhorar a gestão das cooperativas e viabilizar o seu projeto social, econômico e político. Conforme depoimentos coletados em campo, quase todos os alunos habilitados no TAC estão desenvolvendo atividades nas cooperativas. A diretora da escola avalia como positiva a inserção dos alunos já formados nos assentamentos:

“É positiva, porque, se tu vai observar, das quatro turmas do curso técnico de cooperativas, acho que deve ter uns dois ou três, que não são lideranças, que ficaram no seu mundinho pequenininho do seu lote. Todos estão ou na direção das cooperativas ou na direção regional do partido, dos movimentos, na direção regional. Eles estão na direção do Estado, dentro dos setores, na direção nacional do Movimento dos Sem Terra. Têm alunos nossos do TAC que foram escolhidos no 2º grau para irem para Cuba fazer um curso de medicina alternativa. Têm três alunos do Curso Técnico que foram selecionados, dentro do Movimento, para irem fazer esse curso em Cuba, de seis anos, para ser médico para o Movimento Sem Terra. (...) Eles não estão aqui respondendo por si; eles estão respondendo por um movimento social, e esse movimento social vai cobrar deles quando voltarem.”¹⁶

Esta questão pode ser remetida para outro tipo de problematização em relação ao processo educativo: a pressão social direta pelo aprendizado não seria prejudicial ao desenvolvimento da formação do aluno? A escola não pode ser desvinculada do processo social real e crítico e não deve ser utilitária, pois perderia o seu papel na construção do conhecimento. Mas em uma escola mantida por um movimento social de trabalhadores, este debate teria sentido?

A vinculação direta dos alunos às cooperativas e ao MST, visando a uma preparação vinculada às necessidades da produção, não pode ser contextualizada de forma utilitarista, pois o conteúdo ministrado na escola é crítico, geral, não sendo direcionado para a gestão “tecnicista” das cooperativas. A vinculação dos alunos ao MST direciona-os para a formação de valores sociais fundamentais na construção de uma nova sociabilidade e uma nova sociedade. Os alunos valorizam seu estudo, pois acreditam que estão realizando um trabalho social e politicamente justo e necessário

Assim, quando foi perguntado aos alunos o que eles esperam de seu curso, 33% disseram que pretendem ter um bom conhecimento em administração de cooperativas; 31%, que querem aprofundar os seus conhecimentos políticos; e 8% deram outras respostas. Nenhum estudante afirmou que esperava com o curso conseguir um bom emprego ou ter uma vida pessoal mais confortável.

Estas respostas sintetizam o esforço e a proposta pedagógica da escola. Porém, chama a atenção o fato de que nenhum aluno pretende, com o curso, ter um emprego ou ter uma vida pessoal mais confortável. Esta questão pode, por um lado, ser entendida como uma forte negação, real ou camuflada, da individualidade dos alunos e, conseqüentemente, um sentimento coletivista. Por outro lado, a constituição dos sujeitos não pode ser vista apenas no campo individual. Ter um bom emprego ou uma vida pessoal mais confortável é subjetivo; dependendo dos valores pessoais.

Perguntou-se, a seguir, o que o aluno, individualmente, deseja profissionalmente: 53% disseram que desejam trabalhar exclusivamente com as cooperativas do MST; 25%, que desejam trabalhar em cooperativas de trabalhadores rurais, independente de ser ligada ao MST; 16%, que pretendiam trabalhar na gestão das cooperativas, porém desejavam conciliar este trabalho com o trabalho agrícola; e 6% disseram, que desejavam trabalhar com cooperativas de trabalhadores, independente de serem urbanas ou rurais. Ser um produtor agrícola familiar, trabalhar como assalariado agrícola, trabalhar exclusivamente em cooperativas urbanas ou ter um emprego nas cidades não foram expressões de desejo apontadas por nenhum estudante.

Estes dados demonstram que os alunos estão, e desejam continuar, organicamente vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. A importância atribuída ao MST fica clara nas falas de alguns alunos: *“O estudo no campo é muito importante, devido ao alto grau de analfabetismo e o povo não sabe sobre a organização do MST”*; *“Para o MST, quanto mais estudo, melhor”*.

Observa-se também que a maioria não deseja prosseguir no mesmo ramo de sua origem familiar; ou seja, não desejam ser um produtor familiar agrícola, preferindo trabalhar nas cooperativas e militar no MST.

Considerações finais

Pelas respostas dos alunos, pode-se concluir que o TAC, mantido por um movimento social e sindical, apresenta especificidades quando comparado a outros cursos de formação profissional: os alunos são selecionados pelo MST, com um perfil definido pelo Movimento; e o conteúdo curricular e o prático são também definidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Mas não se pode perder a perspectiva de que esta escola apresenta uma prática hegemônica pelos trabalhadores e utiliza uma metodologia original, adaptada, reconstruída e construída de propostas que pensaram a educação unida ao trabalho. Pode-se dizer que o TAC resgata os princípios da escola unitária e politécnica, dentro de especificidades necessários à luta dos trabalhadores sem-terra.

A união entre trabalho e ensino, formação profissional e formação geral, presente nos debates teóricos pedagógicos e políticos de pensadores e ativistas socialistas, transparece na prática e nas avaliações de alunos e da direção do TAC. Esta pequena escola, mantida pelo MST, com toda ordem de privações materiais, apresenta um projeto de formação profissional que desenvolve as capacidades intelectuais, gestonárias e de produção, no âmbito de uma prática política crítica e centrada no desenvolvimento do trabalho coletivo.

Toda proposta pedagógica que pretenda unir o trabalho e o ensino deve incorporar o movimento real da ação e da reflexão, produzindo novos saberes, construindo e desconstruindo valores, teorias e práticas. Neste sentido, pode-se concluir que o projeto pedagógico de formação profissional colocado em prática na escola Josué de Castro pelo MST gera uma proposta inovadora, principalmente no tocante à gestão da escola pelos alunos e à alternância como o elo de ligação entre o mundo da escola e o mundo da produção.

Também deve ser ressaltado o interesse de um movimento social, sindical e político pela proposta de formação e escolarização de seus militantes e dos assentados. Assim, a conjugação da preocupação do MST com a escolarização, a formação e a formulação de uma pedagogia crítica deve ser vista como a garantia de uma educação crítica e necessária para a formação dos sujeitos coletivos que compõem a classe trabalhadora.

Notas

¹ Este artigo é parte da minha tese de doutoramento, defendida em outubro de 2001 no Programa de Pós-Graduação em Educação da USP e foi publicado originariamente na revista “*Trabalho & Crítica-ANPED*”, Cidade Futura: Florianópolis, n. 03, 2002.

² A CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda.) é um sistema cooperativista dos assentados. É a promotora do curso, sendo mediado pelo Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa (ITERRA), que é uma entidade educacional ligada ao MST. O ITERRA foi criado em 12 de janeiro de 1995, em Veranópolis-RS, para ser a mantenedora do Curso Técnico em Administração em Cooperativas (TAC). São sócios-fundadores a CONCRAB e a ANCA (Associação Nacional de Cooperação Agrícola)

³ A escola ofereceu, também, o “Curso Técnico em Administração de Assentamentos”, que era direcionado a habilitar técnicos para desenvolverem trabalhos sociais e políticos. Porém, depois de avaliado na sua primeira turma, o curso foi desativado.

⁴ Fonte: Folder da escola “Josué de Castro”.

⁵ Segundo MORAES (1989), o Laboratório de Curso ¹ surgiu na década de sessenta, nas ligas Camponesas, e foi recomendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). O método foi aplicado em países da África, América Latina, Caribe e Europa nas décadas de 70 e 80. MORAES (1989) define o método como um ensaio prático e real, que introduz uma consciência organizativa numa empresa ou numa ação organizada. Para tanto, cria-se uma empresa com funcionamento real, onde os meios de produção estão nas mãos dos integrantes da empresa. Em seguida, os bens e meios de produção são divididos, induzindo-os a uma divisão do trabalho e do processo produtivo em comum. Estes meios de produção devem ser menores do que a necessidade, para desenvolver a iniciativa nos participantes do laboratório.

- ⁶ Existem, também, convênios de Extensão com algumas Universidades gaúchas, através dos quais, professores ministram cursos na “Josué de Castro”.
- ⁷ O “Animador Pedagógico seria “aquele agente que faz o desafio inicial aos participantes do curso para que se auto-organizem e montem sua empresa. (...) Em caso de o desafio ser aceito, o papel do animador é acompanhar o processo de auto-organização, sem interferir na autonomia do grupo, mas provocando a reflexão permanente sobre as decisões que vão sendo tomadas e fazendo as “entregas teóricas” que possam ajudar na constituição do coletivo” (CALDART, 1996, p.18)
- ⁸ Entrevista realizada com Dirlete Dellazeri, que na época da pesquisa de campo era professora de História e coordenadora de Formação Política. Todos os relatos foram colhidos em pesquisa de campo, realizada em maio de 1999.
- ⁹ Entrevista realizada com Dirlete Dellazeri, ibidem.
- ¹⁰ Relato coletado em pesquisa de campo.
- ¹¹ Entrevista com Dirlete Dellazeri, ibidem.
- ¹² Os dados foram coletados através de questionários respondidos pelos alunos do TAC, em pesquisa de campo realizada em maio de 1999.
- ¹³ Entrevista realizada com Senira Beledelli, ibidem.
- ¹⁴ Entrevista realizada com Dirlete Dellazeri, ibidem.
- ¹⁵ Entrevista realizada com Rubens Tasso, ibidem.
- ¹⁶ Entrevista realizada com Senira Beledelli, ibidem.

Referências Bibliográficas

- CALDART, Roseli S. *A formação dos trabalhadores no MST: um estudo sobre o curso técnico em administração de cooperativas*. Porto Alegre, 1996. (mimeo.)
- CERIOLI, Paulo. *Educação para a cooperação: experiência do curso técnico em Administração de cooperativas do MST*. São Leopoldo, UNISINOS-RS, 1997 (monografia do curso de especialização superior em cooperativismo)
- MENEZES NETO, Antonio Julio. *Além da terra: a dimensão sociopolítica do projeto educativo do MST*. São Paulo: FEUSP, tese de doutorado, 2001.
- MORAES, Clodomir S. *A Capacitação Massiva*: MORAES, Clodomir S. *A Capacitação Massiva*:

Correspondência

Antonio Julio de Menezes Neto, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, Brasil.
E-mail: ajmn@dedalus.lcc.ufmg.br

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização do autor.
